



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 05/2016

ABERTURA: 27.01.2016

HORÁRIO: 14:00 HORAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL, DIESEL E DIESEL S10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIRETAMENTE NOS TANQUES DOS VEÍCULOS, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO III, TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n 18.313.825/0001-21, com sede à Praça Manoel de Assis, 272, Centro, CEP: 35.695-000 torna público, para conhecimento dos interessados, que mediante designação da pregoeira e componentes da equipe de apoio conforme Decreto nº 923, de 20-01-2015, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 462/2006 e 532/2009 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora abaixo mencionados.

RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS DE “PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO”

No dia, hora e local mencionados neste preâmbulo, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01- PROPOSTA DE PREÇO e 02- DOCUMENTOS.

Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

LOCAL E DATA: No dia 27.01.2016, as 14:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Igaratinga, à Praça Manoel de Assis, 272, Centro, Igaratinga – MG - CEP: 35.695-000 .

O Edital poderá ser obtido, na íntegra, na Sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações e Contratos ou pelo site www.igaratinga.mg.gov.br , sem nenhum tipo de ônus.

I - DO OBJETO:



1.1. **Constitui objeto da presente licitação o PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL, DIESEL E DIESELS10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIAPIS, DIRETAMENTE NOS TANQUES DOS VEÍCULOS, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO III, TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2 Os itens listados no Anexo nº III, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes do Anexo nº III e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do Anexo nº III. O Município de Igaratinga – MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte do Município.

2 - CONDIÇÕES PRELIMINARES:

2.1 Poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e deverá ser observado os valores de cada item que enquadra no art. 48, I da lei Complementar nº 147/14. Entende-se que nos itens cuja o valor seja até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), poderá participar somente microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e equiparadas (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados) e deverá ser observado o art. 49 da Lei Complementar 147/14.

2.2 Não poderão participar do presente certame a empresa:

2.2.1 suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Igaratinga;

2.2.2 Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgão da Administração Pública;

2.2.3 impedida de licitar e contratar com Estado de Minas Gerais;

2.2.4 em consórcio;

2.2.5 com falência decretada;

2.2.6 que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com o Município de Igaratinga.

3 - PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



3.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a ser firmado entre o Município de IGARATINGA - MG, e a DETENTORA do certame, terá validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1. Para participação no certame, o licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

4.2 Endereço da Prefeitura Municipal de Igaratinga: Praça Manoel de Assis, 272, Centro, CEP: 35.695-000, Igaratinga – MG;

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA - MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016
ENVELOPE Nº 01.- PROPOSTA COMERCIAL
LICITANTE:
CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA - MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
LICITANTE:
CNPJ-

5- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

5.1 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto a Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, e será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.

5.2 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

5.3 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4 O documento de credenciamento poderá obedecer o modelo em anexo II, para facilitar sua interpretação.

5.5 - Deverá ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de **certidão expedida pela Junta Comercial** comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; ou sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP



por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados e ainda declaração de que são beneficiários da Lei Complementar nº 123, de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, **e ainda a declaração conforme modelo constante no Anexo IV.**

5.6 Juntamente com o credenciamento, a licitante apresentará a declaração de que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo a seguir, além dos certificados e/ou declarações eventualmente exigidos nos anexos.

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de
habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº 03/2016.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

6- PROPOSTA DE PREÇO:

- a) A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa por meio eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:
- b) dados do licitante: nome e /ou razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para assinatura da Ata, se vencedora, dados bancários, (nome, número de banco, agência e conta-corrente), número da inscrição no cadastro Nacional de pessoas jurídicas – CNPJ, inscrição Estadual/Municipal;
- c) declaração de que a proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art.64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002;
- d) data e assinatura do representante legal da Licitante ou do procurador devidamente credenciado;
- e) Declaração da forma de pagamento de acordo com o que conste no edital;
- f) Preço: Deverá ser descrito o item, o preço unitário do Item cotado em moeda Nacional (R\$), o valor total do item, a marca ofertada e o valor total. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- g) Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, três casas decimais após a vírgula.**
- h) Nos preços propostos deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.



i) Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela serão classificados para participarem dos lances verbais;

7.2 Não havendo pelo menos 3(três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 3(três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais;

7.3. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, o sistema classificará os licitantes em ordem alfabética para definir a ordem de apresentação dos lances;

7.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação.

7.5. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 15.

7.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.7. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para o fornecimento, podendo a Pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.8. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados na Estimativa de Preços, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.10. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço por item.

7.11. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.12. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.13. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e



verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.14 A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivos excepcionais, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente.

7.15 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.16. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa e a empresa de pequeno porte, nos termos art. 44 da Lei Complementar n 123/2006.

7.16.1. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.17. Para efeito do disposto no subitem 7.16, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.17.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, caso não apresente o objeto será adjudicado em favor da licitante vencedora.

7.17.2. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.16.1 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 7.16 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.19. A condição prevista no subitem 7.16 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou por empresa de pequeno porte.

7.20. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada comparando com o valor estimado para a contratação, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

8.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão apresentar os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública do Pregão:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1 - Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 8.1.1.2, deste subitem;



8.1.1.2 - Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.3 - **Os documentos acima descritos, quanto à regularidade jurídica, deverão ser apresentados somente se não tiverem sido apresentados no credenciamento.**

8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL TRABALHISTA E ECONOMICA FINANCEIRA:

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – C.N.P.J/MF.

8.1.2.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;

8.1.2.3 – Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.4 – Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual;

8.1.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.1.2.6 – Certidão Negativa de Falência e Concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, **expedida a no máximo 60 dias da abertura do certame;**

8.1.2.7 - Prova de inexistência de débito inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da CLT, aprovado pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei Federal 12.440/2011);

8.1.3 - **O CRC (Certificado de registro cadastral), junto ao cadastro de fornecedores do Município de Igaratinga, substitui os documentos de HABILITAÇÃO, desde que nele os constem e observada à data de validade de cada documento; e devendo ser apresentados os documentos exigidos que não constem no CRC.**

9 - DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006.

9.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, podendo ser prorrogado por igual período a critério desta administração. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

9.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

9.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 7.9, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.



9.5 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.6 - Os documentos mencionados no item 08 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

9.7 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.7.1 - se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.7.2 - se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.7.3 - se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

9.8 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10 - OBSERVAÇÕES:

10.1.- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, mediante:

A) - verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações;

B) – consulta ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Igaratinga/MG.

10.2 - A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.3 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

10.4 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 8, a Pregoeira, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Igaratinga/MG.

10.5 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

11 - DA ADJUDICAÇÃO:

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada DETENTORA, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) objeto do certame.

11.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada DETENTORA, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



11.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira proclamará a DETENTORA, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

12- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

12.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

12.4. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, a Pregoeira, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

12.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

13- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A DETENTORA deverá assinar a ata de registro de preços dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação da homologação do certame.

13.1.1. O prazo para assinatura da ata de registro de preço poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.2 – Para assinatura da ata de registro de preços a DETENTORA deverá apresentar:

- Certificado de Posto Revendedor expedido pela ANP.

14 – FORMA DE UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 Para utilização da Ata de Registro de Preços, as Secretarias solicitarão ao Departamento de Compras os materiais registrados, e este emitirá Ordem de Compra à empresa DETENTORA da Ata.

14.2 A não entrega dos produtos, será motivo de aplicação das penalidades previstas no Item 16, deste edital.

15 - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto da Secretaria requisitante, comprovando o abastecimento.



15.2. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16- DAS PENALIDADES:

16.1. A recusa pela DETENTORA em assinar a ata de registro de preços e para a entrega dos itens adjudicados acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, além da aplicação da penalidade prevista na Lei Federal 8666/93 em seu art. 64, parágrafo 2º.

16.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega dos produtos, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

16.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução da ata de registro de preços;
- h) falhar na execução da ata de registro de preços.

16.4. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

16.5. As penalidades serão registradas no cadastro da DETENTORA, quando for o caso.

16.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias:

Ficha – 33 - 02.01.01.04.122.0043.1005-3.3.90.30.00

Ficha – 50 – 02.02.01.04.122.0043.2092-3.3.90.30.00

Ficha – 60 – 02.02.01.06.181.2712.2018-3.3.90.30.00

Ficha – 62 – 02.02.01.06.181.2712.2019-3.3.90.30.00

Ficha – 85 - 02.04.01.12.361.0003.2032-3.3.90.30.00

Ficha – 96 – 02.04.01.12.361.0003.2033-3.3.90.30.00

Ficha – 172 - 02.06.01.04.122.0043.2052-3.3.90.30.00

Ficha – 221 - 02.06.01.18.452.0122.2060-3.3.90.30.00

Ficha – 262 - 02.06.01.26.782.0132.2063-3.3.90.30.00



Ficha – 285 – 02.07.01.10.301.1013.2065-3.3.90.30.00
Ficha – 295 – 02.07.01.10.302.0043.2066-3.3.90.30.00
Ficha – 307 – 02.07.01.10.304.0088.2070-3.3.90.30.00
Ficha – 314 – 02.07.01.10.305.0033.2071-3.3.90.30.00
Ficha – 336 – 02.08.01.17.512.0114.2072-3.3.90.30.00
Ficha – 364 – 02.09.01.08.243.0805.2077-3.3.90.30.00
Ficha – 378 – 02.09.01.08.244.0006.2078-3.3.90.30.00
Ficha – 384 – 02.09.01.08.244.0006.2099-3.3.90.30.00
Ficha – 432 – 02.10.01.27.813.0100.2082-3.3.90.30.00

18 DO GESTOR E FISCAL

18 - DO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviços e Urbanos o Senhor Geraldo Aparecido Fabiano e a fiscal a Senhora Selma Aparecida Pinto.

18.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

18.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;

18.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;

18.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)

18.2.4 Analisar proposta de prorrogação;

18.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

18.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.

18.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

18.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

18.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

18.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;

18.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;

18.3.5 Propor e sanções cabíveis;

19- DAS DIPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações, pelo Telefone (37)3246.1134, ou e-mail licitacao@igaratinga.mg.gov.br. O anexo do objeto está disponível na Internet no site da Prefeitura Municipal de Igaratinga – MG; www.igaratinga.mg.gov.br;

19.2 Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados e será publicado da mesma forma do edital.

19.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.

19.4 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Administração Municipal de Igaratinga, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial. Todos os



documentos (cópias Xerox) que vierem para autenticação por servidor público, deverão vir acompanhadas de seus originais para averiguação de sua autenticidade, não sendo admitido cópia autenticada por tabelião, como original, para autenticação por servidor público.

19.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

19.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

19.7. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

19.8. São anexos deste edital:

ANEXO I – Modelo de Credenciamento

ANEXOII - Modelo de declaração de pleno atendimento ao edital, de trabalho insalubre ou menor de 18 anos, e de inidoneidade.

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preço;

ANEXO V – Declaração de enquadramento como Beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 2006;

ANEXO VI – Protocolo de recebimento de edital e anexos.

19.9. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. A impugnação do edital deverá ser protocolada no seguinte endereço: Praça – Manoel de Assis – 272,centro, Igaratinga - MG

19.10. Caberá a Pregoeira decidir a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.11. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

19.12. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Pará de Minas/MG, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

IGARATINGA – MG, 08 de Janeiro de 2016.

Letícia Gomes Lara
Pregoeira

Visto:

Fábio Alves Costa Fonseca
Prefeito Municipal



ANEXO I

C R E D E N C I A M E N T O

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a).
_____, portador(a) da Cédula de Identidade com
RG nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelo
Município de Igaratinga/MG, na modalidade de Pregão nº 03/2016, na qualidade de
REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em
nome da empresa _____, CNPJ/MF nº
_____, bem como formular propostas e praticar todos os
atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2016.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa
(firma reconhecida)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL, DE TRABALHO INSALUBRE OU MENOR DE 18 ANOS, E DE INIDONEIDADE.

A empresa _____, cadastrada no CNPJ sob nº _____, situada na _____, por intermédio do seu representante ou procurador declara ao Município de Igaratinga (MG) que atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório Edital de Pregão nº 03/2016 e se compromete a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo III deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

Declara, também para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara ainda que, sob as penas da Lei não foi declarada INIDÔNEA, para licitar ou contratar com a Administração Pública e que se submete às condições do edital em todas as suas fases.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 05/2016
PREGÃO Nº - 03/2016
REGISTRO DE PREÇO Nº - 03/2016

I - OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL, DIESEL E DIESEL S10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIRETAMENTE NOS TANQUES DOS VEÍCULOS, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE.

EXPECTATIVA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES.					
LOTE I.					
Item.	Unid.	Quant.	Descrição do material	P. Unitário	Total.
1	Lts	100.000	Gasolina comum		
2	Lts	10.000	Etanol (álcool)		
3	Lts	70.000	Óleo diesel (comum)		
4	Lts	40.000	Óleo diesel S10		
			Total.		

II - FINALIDADE:

2.1 A aquisição de combustível indispensável para as atividades dos veículos e maquinários da frota municipal, conforme demanda de cada secretaria.

III - AVALIAÇÃO DE CUSTO:

3.1 Conforme exigência legal, art. 40, parágrafo 2^a, II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o setor de compras deste Município, realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 3 (três) empresas do ramo, conforme mapa de apuração juntado aos autos, apurando-se as seguintes médias Aritméticas:

- a) Valor médio estimado para aquisição do item 1- R\$3,802
- b) Valor médio estimado para aquisição do item 2- R\$2,789
- c) Valor médio estimado para aquisição do item 3- R\$3,050
- d) Valor médio estimado para aquisição do item 4- R\$3,189

- Valor estimado para as despesas total de R\$749.150,00 (Setecentos e quarenta e nove mil e cento e cinquenta reais)

IV - CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

4.1 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR ITEM, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.



V - PERÍODO DE VIGÊNCIA:

5.1 A vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses.

VI - GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviços e Urbanos o Senhor Geraldo Aparecido Fabiano e a fiscal a Senhora Selma Aparecida Pinto.

6.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

6.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;

6.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;

6.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)

6.2.4 Analisar proposta de prorrogação;

6.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

6.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.

6.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

6.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

6.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;

6.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;

6.3.5 Propor e sanções cabíveis;

VII - DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

7.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias:

Ficha – 33 - 02.01.01.04.122.0043.1005-3.3.90.30.00

Ficha – 50 – 02.02.01.04.122.0043.2092-3.3.90.30.00

Ficha – 60 – 02.02.01.06.181.2712.2018-3.3.90.30.00

Ficha – 62 – 02.02.01.06.181.2712.2019-3.3.90.30.00

Ficha – 85 - 02.04.01.12.361.0003.2032-3.3.90.30.00

Ficha – 96 – 02.04.01.12.361.0003.2033-3.3.90.30.00

Ficha – 172 - 02.06.01.04.122.0043.2052-3.3.90.30.00

Ficha – 221 - 02.06.01.18.452.0122.2060-3.3.90.30.00

Ficha – 262 - 02.06.01.26.782.0132.2063-3.3.90.30.00

Ficha – 285 – 02.07.01.10.301.1013.2065-3.3.90.30.00

Ficha – 295 – 02.07.01.10.302.0043.2066-3.3.90.30.00

Ficha – 307 – 02.07.01.10.304.0088.2070-3.3.90.30.00

Ficha – 314 – 02.07.01.10.305.0033.2071-3.3.90.30.00

Ficha – 336 – 02.08.01.17.512.0114.2072-3.3.90.30.00

Ficha – 364 – 02.09.01.08.243.0805.2077-3.3.90.30.00

Ficha – 378 – 02.09.01.08.244.0006.2078-3.3.90.30.00

Ficha – 384 – 02.09.01.08.244.0006.2099-3.3.90.30.00

Ficha – 432 – 02.10.01.27.813.0100.2082-3.3.90.30.00

VIII - PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA:



Prefeitura Municipal de Igaratinga
Estado de Minas Gerais

O abastecimento dos veículos deverá ser no Município de Igaratinga, diretamente nos tanque dos veículos, do qual a DETENTORA deverá se responsabilizar pelo abastecimento diariamente, após a respectiva emissão da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), nas condições apontadas no respectivo processo licitatório.

IX - FORMA DE PAGAMENTO:

A) O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto da Secretaria requisitante, comprovando o abastecimento.

B) A Nota/Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Igaratinga, 08 de Janeiro de 2016.

Letícia Gomes Lara
PREGOEIRA



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº - 03/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 05/2016 –
REGISTRO DE PREÇOS N. 03/2016.**

Aos.....dias do mês de..... de 2016, reuniu-se na Prefeitura Municipal de Igaratinga, Praça Manoel de Assis, 272, Centro, em Igaratinga (MG), CEP – 35.695-000, a Pregoeira, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as suas alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, em especial a Lei nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 462/2006 e 532/2009, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO Nº 03/2016 – PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇO nº 03/2016, por deliberação da Pregoeira, publicada em:.....no quadro de aviso no roll no prédio da Prefeitura de Igaratinga – MG, protocolado no dia,..... de janeiro de 2016, na imprensa oficial do Estado de Minas Gerais no dia....., pagina..... e na internet através do site www.igaratinga.mg.gov.br e adjudicada pela Pregoeira e equipe de apoio nomeada pelo Decreto nº 923, de 20-01-2015.

MUNICÍPIO DE IGARATINGA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CPNJ sob o nº 18.313.825/0001-21, instalada à Praça Manoel de Assis, 272, Centro, em Igaratinga (MG), CEP – 35.695-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **FÁBIO ALVES COSTA FONSECA**, neste ato denominado apenas **CONTRATANTE**;

DETENTORA:, pessoa jurídica de Direito privado, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ nº sob o nº, situado na Av/Rua – –, Bairro - – Município de – MG, vencedora e adjudicatária do pregão supra-referido, por seu representante legal, Senhor, CPF nº, doravante denominado simplesmente **DETENTORA** , resolvem firma o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos combustíveis (gasolina, etanol, diesel e diesel S10) constantes na cláusula primeira, em conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preço, para o FORNECIMENTO, pela DETENTORA ao Município de Igaratinga - MG, de 100.000 litros de gasolina, 10.000 litros de etanol, 70.000 litros de diesel comum e 40.000 litros de diesel S10, conforme edital do pregão presencial nº 03/2016 e a proposta da DETENTORA, cujos termos são parte integrante do presente instrumento.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

2.1 Os preços unitários são obtidos a partir da incidência de: R\$..... para gasolina, R\$ etanol, R\$..... para óleo diesel comum e R\$..... para óleo diesel S10, totalizando uma estimativa de R\$....

2.2 Os preços a serem pagos à DETENTORA serão os vigentes na data da ordem de fornecimento.

2.3 Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelos fornecimentos do combustível objeto desta ata de registro de preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

3.1 – O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da DETENTORA com vistas á manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

3.1.1 As eventuais deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLAÚSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1 – O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses.

CLAÚSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA E DO PAGAMENTO:

5.1 – Os abastecimentos serão efetuados de acordo com a nota de autorização de fornecimento e expedição do empenho.

5.2 – A obrigação de fornecimento apenas estará caracterizada após o recebimento pela DETENTORA da Nota de Autorização de Fornecimento.

5.3 – A DETENTORA estará obrigada a atender diariamente a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço.

5.4 – A Nota de Autorização de Fornecimento deverá ser enviada via fax, devidamente assinada pelo responsável, com a quantidade e especificação do combustível pretendido.

5.5 – A DETENTORA ao receber a nota de autorização de fornecimento deverá abastecer diretamente no tanque dos veículos no do Município de Igaratinga.

5.6 - O Município de Igaratinga efetuará o pagamento MENSALMENTE, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.

5.7 - A DETENTORA deverá entregar junto com a **Nota Fiscal/Fatura a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social; em dia.**

5.8 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

CLAÚSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



6.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias:

Ficha – 33 - 02.01.01.04.122.0043.1005-3.3.90.30.00
Ficha – 50 – 02.02.01.04.122.0043.2092-3.3.90.30.00
Ficha – 60 – 02.02.01.06.181.2712.2018-3.3.90.30.00
Ficha – 62 – 02.02.01.06.181.2712.2019-3.3.90.30.00
Ficha – 85 - 02.04.01.12.361.0003.2032-3.3.90.30.00
Ficha – 96 – 02.04.01.12.361.0003.2033-3.3.90.30.00
Ficha – 172 - 02.06.01.04.122.0043.2052-3.3.90.30.00
Ficha – 221 - 02.06.01.18.452.0122.2060-3.3.90.30.00
Ficha – 262 - 02.06.01.26.782.0132.2063-3.3.90.30.00
Ficha – 285 – 02.07.01.10.301.1013.2065-3.3.90.30.00
Ficha – 295 – 02.07.01.10.302.0043.2066-3.3.90.30.00
Ficha – 307 – 02.07.01.10.304.0088.2070-3.3.90.30.00
Ficha – 314 – 02.07.01.10.305.0033.2071-3.3.90.30.00
Ficha – 336 – 02.08.01.17.512.0114.2072-3.3.90.30.00
Ficha – 364 – 02.09.01.08.243.0805.2077-3.3.90.30.00
Ficha – 378 – 02.09.01.08.244.0006.2078-3.3.90.30.00
Ficha – 384 – 02.09.01.08.244.0006.2099-3.3.90.30.00
Ficha – 432 – 02.10.01.27.813.0100.2082-3.3.90.30.00

CLAÚSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

7.1 Fornecer o objeto do presente, de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento, expedida pelo Município;

7.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3 Arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento deste contrato, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e outros;

7.4 Arcar com o transporte dos produtos até o local acordado.

CLAÚSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8.1 Efetuar o pagamento do presente instrumento após a apresentação e aceitação e atesto do responsável pela aceitação dos produtos e emissão de nota fiscal por parte da DETENTORA e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e neste contrato.

CLAÚSULA NONA – DA RESCISÃO E DO CANCELAMENTO

9.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindido, bem como, ser cancelado de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta ata, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77,78 e art. 79 da Lei Federal 8.666/93.

9.2 Poderá ainda a presente ata ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa quando esta:



- 9.2.1 Venha a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômica-financeira;
- 9.2.2 For envolvido em escândalo público e notório;
- 9.2.3 Quebrar o sigilo profissional;
- 9.2.4 Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela PMIGARATINGA.
- 9.3 A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.
- 9.4 – a DETENTORA TERÁ seu registro cancelado quando:
- 9.4.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 9.4.2 - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 9.4.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.4.4 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 9.4.5 - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 9.5 - O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, for formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 9.6 - O fornecedor do bem ou prestador do serviço poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLAÚSULA DECÍMA - DAS PENALIDADES:

- 10.1.** A recusa pela DETENTORA em assinar A ATA DE REGISTRO e para a entrega dos itens adjudicados acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, além da aplicação da penalidade prevista na Lei Federal 8.666/93 em seu art. 64, parágrafo 2º.
- 10.2.** O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega dos produtos, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.
- 10.3.** Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:
- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
 - b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
 - c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
 - d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
 - e) comportamento inidôneo;
 - f) cometimento de fraude fiscal;
 - g) fraudar a execução DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou documento oriundo desta;



h) falhar na execução DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou documento oriundo desta.

10.4. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.5. As penalidades serão registradas no cadastro DA DETENTORA, quando for o caso.

10.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLAÚSULA ONZE - CESSÃO:

A **DETENTORA** não poderá transferir ou ceder o ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLAÚSULA DOZE - DO REGIME LEGAL:

A presente ata de registro de preços rege-se basicamente pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993 com suas alterações, e pelos Decretos Municipais, especialmente pelo pregão nº 03/2016.

CLAÚSULA TREZE – DOS CASOS OMISSOS:

Para preencher os casos omissos deste ajuste, deverão ser utilizados dispositivos da legislação aplicável, bem como normas jurídicas outras adequadas, ressalvado o que se acordou neste ajuste.

CLAÚSULA QUATORZE - DO COMPROMISSO:

A **DETENTORA** obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Pregão nº 03/2016, passando este a fazer parte integrante desta ata.

CLAÚSULA QUINZE - DO GESTOR E FISCAL:

15.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviços e Urbanos o Senhor Geraldo Aparecido Fabiano e a fiscal a Senhora Selma Aparecida Pinto.

15.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

15.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;

15.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;

15.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)

15.2.4 Analisar proposta de prorrogação;

15.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

15.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.

15.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

15.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

15.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;



- 15.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
15.3.5 Propor e sanções cabíveis;

CLAÚSULA DEZESSEIS - DO FORO

As partes elegem como único e competente para dirimir controvérsias daqui decorrentes o Foro da Comarca de Pará de Minas/ MG, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias, na presença de duas testemunhas, para os fins de direito.

Igaratinga, de de 2016.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DETENTORA

Geraldo Aparecido Fabiano
Gestor da Ata de Registro de Preço

Selma Aparecida Pinto
Fiscal da Ata de Registro de Preço

TESTEMUNHA:

1 _____ CPF _____
2 _____ CPF _____



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

(Razão social da Licitante)....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no Pregão Presencial nº 03/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4 do art. 3 da Lei complementar supracitada.

Local/Data

(Nome e Assinatura do Representante Legal)



ANEXO VI

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E ANEXOS

Para fins de controle de recebimento deste Edital, este protocolo de recebimento deverá ser preenchido, assinado e carimbado pela empresa, e entregue à Divisão de LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL _____/MG pelo fone fax (____) _____, ou pelo e-mail _____, sendo neste caso, sem assinatura e carimbo.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

Registro de Preços para fornecimento

Data de recebimento: ____/____/2016

EMPRESA: _____ :

FONE _____ :

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

É OBRIGATÓRIO O ENVIO DESTE PROTOCOLO DEVIDAMENTE PREENCHIDO AO SETOR DE LICITAÇÕES.